

SEMANA DE 4 DIAS DE TRABALHO SEM REDUZIR NENHUM DIREITO É POSSÍVEL E DÁ CERTO



Empresas de várias regiões do mundo estão fazendo testes com jornada semanal de 4 dias de trabalho e o impacto na produtividade.

Pesquisas em empresas que adotaram esta jornada apontam retornos positivos, como na Inglaterra, Japão e Austrália.

Recentemente, Portugal, que tem uma das maiores jornadas da Europa, iniciou a experiência.

No Brasil, a estimativa é que o teste seja realizado no segundo semestre deste ano.

A iniciativa resulta da parceria entre a ONG 4 Day Week, que conduz testes globais sobre a carga horária reduzida e a brasileira Reconnect Happiness at Work.

Cerca de 300 empresas estão interessadas em realizar o teste no país.

Embora essa experiência que está para acontecer envolva mais empresas, não é a primeira que ocorre no nosso país.

A empresa GERENCIANET, que já praticava jornada de 40h semanais, em 2022 assinou um acordo de 6 meses com os sindicatos dos estados de MG, PE e SP, reduzindo a jornada para 32h semanais, dividida em 8h diárias durante 4 dias, que deu certo.

Não houve redução salarial e nem alteração nos valores dos benefícios.

O vale transporte foi pago nos dias de trabalho realizado presencialmente.

O teste deu certo e o ACT já foi renovado pela empresa e pelos sindicatos nos três estados para mais 6 meses.

O SINDADOS/MG está aberto para receber outras empresas que queiram fazer igual experiência, que queiram ousar apostar no novo, na qualidade de vida das pessoas que se dedicam ao trabalho diariamente fazendo crescer as empresas e a lucratividade de seus proprietários.

A experiência com mais empresas será muito boa, temos certeza, porque trabalhar menos e ter mais tempo para si faz o trabalhador feliz.

TERCEIRIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO – RELAÇÃO DIRETA



De acordo com dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, do Ministério Público do Trabalho, 80% dos trabalhadores resgatados da escravização entre 2002 e 2022 no Brasil, eram negros e pardos.

Pensar esta realidade nos remete à formação socioeconômica do Brasil, que tem suas raízes no modelo de colonização implantado pelos portugueses a partir do século XVI, estruturado na monocultura, na grande propriedade rural e na abjeta escravização de negros e negras africanas.

Também não podemos deixar de analisar que a liberdade formal concedida pela Lei Áurea, que não foi acompanhada de proteção social, possibilitou a manutenção da exploração, da violência e da segregação social e sobretudo, racial. De lá pra cá podemos constatar que a pessoa desprovida de renda e proteção social, é também desprovida de liberdade material, pois não tem alternativa de escolha, mas luta por sobrevivência. Escolher entre morrer de fome por falta de trabalho e proteção social ou submeter-se às piores e mais brutais formas de exploração humana, retira do trabalhador a dignidade e corrompe a subjetividade. O trabalho em condições análogas à escravidão é a forma mais vil de exploração do trabalho humano. É exatamente nessa combinação de fatores que reside a relação entre terceirização e escravização.

Os dados apurados Departamento de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego, demonstram que nos últimos anos no Brasil, considerados os maiores resgates de trabalhadores escravizados, 90% eram terceirizados.

Razões não nos faltam para dizer não à terceirização!

FORTALEÇA SEU SINDICATO! SEJA UM SÓCIO DO SINDADOS/MG!

Ser filiado é fortalecer a atuação do sindicato que lhe representa!

Cabe ao SINDADOS/MG o papel de encaminhar campanhas salariais, ações judiciais, mobilizações e greves que movimentam o dia a dia dos trabalhadores, lutar em defesa da saúde, orientar o trabalhador que o procura sobre seu direito e muito mais.

O Sindicato é a cara que aparece em proteção ao trabalhador se o assunto é lei, Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva descumpridos, pois na maioria das vezes o trabalhador tem medo, porque sabe que, se reclamar, poderá ter consequências. Este é o papel de uma entidade sindical, que tem como prerrogativa a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Garantir um sindicato forte demanda ações e para que as mesmas aconteçam, são necessários recursos!

Para ser um filiado do SINDADOS/MG você contribui com 1% (um por cento) do seu salário base se for trabalhador ativo ou aposentado ainda trabalhando. O trabalhador aposentado que foi desligado e era sócio, para continuar como sócio deverá preencher nova ficha e contribuir com 0,5% da aposentadoria. O aposentado desligado que não era sócio poderá se associar e contribuir com os mesmos 0,5%.

Esse pagamento da mensalidade de associado poderá ser feito com desconto em folha, ou diretamente no Sindicato, ou através de boleto bancário.

Para trabalhadores de empresas privadas orientamos o pagamento direto no sindicato, ou através de boleto, numa relação direta sindicato e trabalhador, pois lamentavelmente identificamos discriminação e até demissão quando este se apresenta ao patrão como sócio do sindicato. Melhor a relação direta trabalhador/sindicato. Patrão nenhum precisa saber da sua decisão de se filiar ao SINDADOS/MG.

Invista em quem defende seus direitos: Sindicalize-se!

SINDICATO FORTE



ANISTIA POLITICA AOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS PÚBLICAS



A Dataprev, empresa de tecnologia da informação responsável pelo processamento de dados da Previdência Social e de inúmeros serviços em atendimento as áreas de políticas públicas e sociais, anunciou em 2019 um processo de reestruturação, que incluiu o fechamento de 20 unidades regionais em todo o país. O objetivo da reestruturação foi reduzir custos e colocar a empresa a venda, ou seja, privatizar. O fechamento de 20 regionais da Dataprev gerou protestos por parte dos funcionários, sindicatos e outras entidades, pois implicaria em demissões em massa e prejudicaria o atendimento aos segurados da Previdência Social.

Com o fechamento de unidades regionais realmente muitos funcionários foram demitidos (quase 500), o que impactou diretamente a vida dessas pessoas e suas famílias, em plena crise sanitária, a pandemia pelo COVID e houve prejuízo para os serviços prestados pela Dataprev, pois estamos falando de funcionários experientes e qualificados.

As demissões foram implementadas sem considerar que o fechamento das unidades regionais implicaria em prejuízo ao atendimento aos segurados/beneficiários/aposentados da Previdência Social. As demissões foram feitas de forma arbitrária, dignas do nosso profundo repúdio.

No geral, as demissões na Dataprev foi um assunto controverso e têm gerado discussões sobre as políticas de reestruturação de empresas estatais e o papel do setor público na geração de empregos e na garantia de serviços de qualidade à população.

Neste momento os demitidos estão se organizando em comissões locais, estaduais e nacional, para lutar pela reparação, e buscam a Anistia Política e seus empregos de volta. Somam-se nacionalmente com outras categorias de empresas públicas desmateladas, sucateadas e colocadas à venda, no mercado capitalista, durante o governo antidemocrata, perseguidor das organizações públicas e de seus trabalhadores. Buscam a reintegração aos seus postos de trabalhos, fechados e extintos pelos interesses distantes do valor social e econômico das políticas públicas à serviço do povo brasileiro.

A Anistia visa o reconhecimento dos danos econômicos, sociais e à saúde física e mental, causados a esses trabalhadores e trabalhadoras, pelos atos de rupturas dos contratos de trabalho engendrados pelos gestores da empresa a serviço do governo e de interesses estrangeiros.

PLANTÃO JURÍDICO

**Horário de
Atendimento**

TERÇAS

e QUARTAS

De 16h às 18h

Celular:

31 98421 8009



DATAPREV: CAMPANHA SALARIAL NÃO SE DESENVOLVE A CONTENTO



A proposta econômica ainda está aquém do que foi apresentado em mesa. A empresa ofereceu o INPC, menor índice do período, abaixo do IPCA; e a reivindicação da categoria é, também, de recompor as perdas do governo passado que totalizam 4,21%, retroativo à data-base de maio/2023.

Sobre o plano de saúde, a representação dos trabalhadores entende como importantes os avanços apresentados pela empresa, porém ainda existem trabalhadores com dificuldades para acessar os planos de saúde privados por questão financeira. Estamos reivindicando que os impactos nos valores sejam pagos retroativamente.

Ou seja, a negociação da Campanha Salarial dos Trabalhadores da Dataprev 2023/2024 não avançou muito até agora.

A empresa nega a reivindicação dos direitos garantidos nos acordos anteriores a todos os trabalhadores, dividindo-os em duas categorias, como por exemplo negando o abono de 6 dias, anuênio e licença prêmio aos novos empregados.

Além da divisão dentro da empresa, ainda temos os empregados cedidos para outros órgãos, que não têm direito à PLR e GVR, alguns no trabalho presencial e outros em home office.

A Dataprev tem priorizado reuniões sobre teletrabalho, outro tema bastante questionado pelos trabalhadores, que desejam trata-lo no âmbito das negociações do Acordo Coletivo, de modo a refletir suas necessidades e anseios. A tentativa da empresa de tratar este tema de modo paralelo só dificulta o processo de negociação.

O fato é que a Campanha Salarial da Dataprev está num impasse. Uma das prioridades da Campanha 2023 é resgatar direitos retirados no ACT 2020/2022, tais como o abono de seis dias, o anuênio e a licença-prêmio para os/as novos/as empregados/as, mas a empresa insiste em manter essa desigualdade.

A proposta de distribuição da PLR 2022 com 30% linear e 70% proporcional, também é mais uma iniciativa da empresa que aposta na divisão e no enfraquecimento da Campanha.

Unir os trabalhadores para lutarem por suas reivindicações e direitos!

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados	Extreme Digital	0010523-78.2022.5.03.0006	03/08/2023	10:30	Videoconferência
Sindados	Goshme Soluções (JUSBRASIL)	0010796-46.2022.5.03.0139	07/08/2023	10:20	Videoconferência
Sindados	Linx Sistemas	0010174-26.2023.5.03.0011	09/10/2023	09:10	Videoconferência
Sindados	Netlex Tecnologia	0010197-39.2023.5.03.0021	31/10/2023	14:30	Videoconferência
Sindados	Risc Automação Ltda	0010219-98.2023.5.03.0150	01/08/2023	14:45	Videoconferência



SERPRO/MG: QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ

Por Rosane Cordeiro*

Um dia destes fui ao SERPRO conversar com trabalhadores que me solicitaram. Tomei um susto ao ver uma empresa, tão grandiosa em espaço físico ocupado por gente, tão vazia. Áreas inteiras desmontadas, um grande vazio, um deprimente vazio.

Fiquei pensando sobre o que acontecerá com aquele espaço que sempre lutamos para preservar, pois virava e mexia tinha alguém falando em vender. Tem obra sendo feita, vi também. Para que? Para quem?

Fiquei pensando nas lutas, nas assembleias, no debate entre colegas nos setores e nos corredores, no espaço do restaurante cheio de gente, na sinuca, nas exposições, nas festas...

Pensei também na nossa luta contra a privatização impulsionada com o coletivo nacional Salve seus Dados, deixada de lado neste momento, como se a privatização fosse página virada, pelo simples fato do atual governo ter tirado várias empresas do plano de privatização, entre elas o SERPRO e a DATAPREV. Será?

Para pensar: Há quem esteja pleiteando os Correios, no meio político, de “porteira fechada”, como moeda de negociação. Quem faz este pleito é quem defende a privatização. E aí? Correio também foi tirado da lista da privatização.

O fato é que o SERPRO/MG está virando um pequeno escritório, sem autonomia nenhuma, queixam muitos. As decisões são tomadas por aí, em outros lugares, dizem.

Os impactos disto ainda não se tem a dimensão. O fato é que ficou bem mais fácil demitir, pois não existe fiscalização. Ficou mais fácil adoecer, pois o processo de trabalho certamente é extenuante e as condições de trabalho desconhecidas.

Trabalho em casa não quer dizer que tudo esteja bem, que a exploração foi abolida.

Será que numa nova investida privatista, da qual não estamos livres, pois vivemos num mundo capitalista onde a política mundial é pela privatização, conseguiremos nos organizar, mobilizar?

Há quem acredite, inclusive, que o plano de privatização continua a pleno vapor.

Enfim, deu tristeza ver o SERPRO desmontado e vazio.

Deu preocupação também.

* Rosane Cordeiro é Diretora Administrativa do Sindados/MG

A ÁGUA É DIREITO DE TODOS OU FONTE DE LUCRO PARA POUCOS?

COLETIVO ALVORADA PROMOVEU DEBATE SOBRE OS RISCOS DA PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO EM MINAS GERAIS



A garantia do acesso a água de qualidade é um requisito essencial para o progresso de uma sociedade. Ao longo de décadas, o aporte financeiro proveniente dos impostos da população de Minas Gerais tem sido utilizado, por meio da Copasa, para expandir a disponibilidade de água nas diferentes regiões do estado, bem como para melhorar o sistema de coleta e tratamento de esgoto. No entanto, o atual governador de Minas Gerais, Romeu Zema, pretende transferir toda a estrutura existente para a coleta, tratamento e distribuição de água do Estado para o setor privado. Essa decisão não leva em consideração os bilhões de recursos públicos investidos ao longo dos anos. Pensando nessas questões, o coletivo Alvorada convidou Eduardo Pereira, presidente do SindáguaMG, e Jairo Nogueira Filho, presidente da CUT-MG, para discutir as consequências de uma eventual privatização e seus potenciais efeitos desastrosos, principalmente para as populações e regiões mais carentes de Minas.

O debate aconteceu nesta terça-feira, dia 18 de julho, no canal do Youtube do coletivo.

Direito fundamental

De acordo com o presidente do Sindágua-MG, sindicato dos trabalhadores da Copasa, o saneamento básico, especialmente o abastecimento de água, é um serviço fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida de uma sociedade. A água é um recurso essencial para a sobrevivência humana, sendo indispensável para o consumo, a higiene, a produção de alimentos e diversos outros aspectos da vida cotidiana. E nesse contexto, é de extrema importância que a responsabilidade pela provisão desse serviço seja atribuída ao governo, e não às empresas privadas. Para Eduardo Pereira, é uma mentira do governo Zema dizer que a Copasa é uma empresa ineficiente. “Nós podemos comprovar que a Copasa é altamente lucrativa. E nós não somos a favor de que saneamento dê lucro, mas hoje, por ser uma empresa de economia mista, ela tem que dar lucro. E ela tem que distribuir 25% dos seus lucros para acionistas. Mas o governo Zema não aceita distribuir somente 25%; ele fez uma mágica e distribuiu mais de 100% do lucro de 2020, quando a Copasa apresentou um

resultado de 816 milhões e o governo do estado fez malabarismo, distribuindo mais de um bilhão de reais em dividendos aos acionistas”, denunciou. Segundo ele, isso mostra que a Copasa é uma empresa altamente lucrativa, mas que está fazendo seus investimentos de forma errada. “A empresa está pegando o dinheiro que tem caixa e colocando na mão dos acionistas. Esse é um governo que prioriza os investidores, esquece dos investimentos e, conseqüentemente, esquece a população de baixa renda do nosso estado”, destacou.

Empresa de excelência

Por sua vez, o presidente da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho afirmou conhecer as mulheres e os homens que trabalham na Copasa, asseverando que tecnicamente ela é a melhor empresa de saneamento do Brasil, com os melhores técnicos e uma das melhores águas do país. “E quando vem o governo Zema e faz uma propaganda enganosa, ele tá cometendo assédio moral coletivo com os trabalhadores, dizendo para a sociedade que a empresa tem um bando de incompetentes que não consegue fazer o serviço. Isso é mentira. A Copasa só não consegue entregar saneamento com maior qualidade porque o governo está travando a empresa. Está travando seus trabalhadores e trabalhadoras quando não realiza concurso, quando falta material de trabalho, quando não faz investimento. E quando o governo impede a realização de um bom serviço, ele coloca os cidadãos contra a Copasa. Essa é a cartilha da privatização. Por isso o povo tem que ficar atento. Nós temos que defender a Copasa como empresa pública. E defender que ela amplie seu atendimento para além dos 629 municípios atendidos, para que tenhamos de verdade a possibilidade de um saneamento 100% em Minas Gerais, de ter água e esgoto tratado para todo mundo”, indicou Jairo.

A água é de todos

Os participantes seguiram o debate apontando que o saneamento básico é um serviço de interesse público que demanda investimentos substanciais em infraestrutura, como redes de distribuição de água, estações de tratamento e sistemas de coleta de esgoto. Segundo eles, esses investimentos muitas vezes só podem ser realizados pelo governo, que possui os recursos financeiros e a capacidade de planejamento necessários. Empresas privadas, por sua vez, têm como objetivo principal obter lucro, o que pode comprometer a universalização do acesso e a qualidade do serviço, especialmente em áreas menos lucrativas. Os especialistas indicaram que a experiência em vários países ao redor do mundo demonstrou que a gestão pública do saneamento de água tem sido mais eficiente na garantia do acesso universal, na qualidade do serviço prestado e na proteção dos direitos dos consumidores. Além disso, quando o saneamento é administrado pelo governo, há maior transparência, possibilitando o controle e a participação da sociedade na definição das políticas e na fiscalização dos serviços. “Quando a gente fala que privatização não é a solução, não é uma falácia, não é mentira, são dados oficiais. Não tem nenhum exemplo a nível Internacional que comprova que a privatização do saneamento deu certo. Nós temos aqui a cidade de Manaus, dentro do Brasil, que já tem 20 anos que privatizou a água. Hoje Manaus é uma das piores cidades no ranking nacional de saneamento”, revelou Eduardo Pereira. “Saneamento não tem mágica. Se uma empresa privada paga uma outorga onerosa caríssima para entrar no município, ela vai querer um lucro em cima daquilo. E quem vai pagar para gerar esse lucro, falando de forma bem simples, somos nós. É o povo que vai pagar”, completou o presidente do Sindágua.

Coletivo Alvorada

O coletivo Alvorada é formado por um grupo de amigos surgido em Belo Horizonte em meio à luta contra o golpe de 2016. Reúne ativistas de esquerda na construção de ações de impacto nas ruas, nos shoppings, mercados e junto a outros movimentos populares.

Para assistir à live sobre a privatização da água em Minas Gerais, digite no navegador: tinyurl.com/nossaagua